



## O PERCURSO DA POLÍTICA DE COTAS NA UFBA: IMPLANTAÇÃO, ACESSO E DESEMPENHO ACADÊMICO

Caio Vinicius dos Santos Silva<sup>1</sup>    
Gabriel Swahili Sales de Almeida<sup>2</sup>    
Jéssica Caroline Gouveia Santos<sup>3</sup>  

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o percurso da política de cotas na UFBA, considerando os impactos no acesso e desempenho acadêmico dos estudantes. Nessa perspectiva, investigamos os desdobramentos decorrentes da implantação da reserva de vagas na instituição a partir de 2005, com foco especial no ingresso de estudantes da escola pública e autodeclarados pretos e pardos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Os principais resultados indicam um aumento significativo de egressos do ensino médio público e de negros nos cursos superiores da UFBA no período pós-cotas. Os perfis discentes nos cursos de alto prestígio, como Medicina e Direito, foram significativamente modificados após a instauração das cotas. As análises acerca do desempenho acadêmico revelam melhores pontuações para os não cotistas, de modo geral. No entanto, ao decorrer da formação universitária, os cotistas têm conseguido reduzir as diferenças entre as pontuações em todas as áreas de conhecimento, chegando a superá-las nas áreas IV (Letras) e V (Artes).

**Palavras-chave:** Acesso; Desempenho acadêmico; Ensino Superior; Política de cotas; UFBA.

### Como citar

SILVA, Caio Vinicius dos Santos; ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales; SANTOS, Jéssica Caroline Gouveia. O percurso da política de cotas na UFBA: implantação, acesso e desempenho acadêmico. *Educação em Análise*, Londrina, v. 10, p. 1-21, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.52662



<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Rede Municipal de Feira de Santana. Feira de Santana, Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: caiovds@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Docente da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: swahili@ufba.br.

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: jessica.gouveia@ufba.br.

## THE TRAJECTORY OF THE QUOTA POLICY AT UFBA: IMPLEMENTATION, ACESS, AND ACADEMIC PERFORMANCE

**Abstract:** This article aims to analyze the trajectory of the affirmative action policy at UFBA, considering its impacts on students' access and academic performance. From this perspective, we investigate the developments resulting from the implementation of the quota system at the institution since 2005, with a particular focus on the admission of public school graduates and self-declared Black and Brown students. Methodologically, this is qualitative bibliographic research. The main results indicate a significant increase in the number of students from public high schools and Black students in UFBA's higher education programs in the post-quota period. The student profiles in high-prestige programs, such as Medicine and Law, were significantly altered after the implementation of quotas. Analyses of academic performance reveal generally higher scores for non-quota students. However, throughout their university education, quota students have managed to reduce the score differences across all fields of knowledge, even surpassing them in Area IV (Languages) and Area V (Arts).

**Keywords:** Access; Academic performance; Higher Education; Affirmative action policy; UFBA.

## EL RECORRIDO DE LA POLÍTICA DE CUOTAS EN LA UFBA: IMPLEMENTACIÓN, ACCESO Y RENDIMIENTO ACADÉMICO

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar el recorrido de la política de cuotas en la UFBA, considerando los impactos en el acceso y rendimiento académico de los estudiantes. Desde esta perspectiva, investigamos los desarrollos derivados de la implementación de la reserva de plazas en la institución a partir de 2005, con un enfoque especial en la admisión de egresados de la escuela pública y autodeclarados negros y pardos. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa. Los principales resultados indican un aumento significativo de estudiantes provenientes de la educación secundaria pública y de estudiantes negros en los cursos superiores de la UFBA en el período posterior a las cuotas. Los perfiles estudiantiles en los cursos de alto prestigio, como Medicina y Derecho, fueron modificados significativamente tras la instauración de las cuotas. Los análisis sobre el rendimiento académico revelan mejores puntuaciones para los no beneficiarios de las cuotas, en general. Sin embargo, a lo largo de su formación universitaria, los estudiantes beneficiarios de las cuotas han logrado reducir las diferencias entre las puntuaciones en todas las áreas de conocimiento, llegando a superarlas en las áreas IV (Lenguas) y V (Artes).

**Palabras clave:** Acceso; Desempenho acadêmico; Ensino Superior; Política de cotas; UFBA.

## Introdução

A demanda por ações afirmativas no ensino superior público emerge de um longo processo de luta do movimento negro no Brasil. Ao romper com o mito da democracia racial (Santos, 1985) e denunciar as consequências do racismo nas condições socioeconômicas e educacionais da comunidade negra, os movimentos sociais negros pleiteavam medidas concretas para redução das desigualdades. Como desdobramento, as universidades implantaram sistemas de reserva de vagas para egressos das escolas públicas com recortes para pretos, pardos e indígenas.

As primeiras experiências com cotas surgem nos anos iniciais da década de 2000, com pioneirismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003. Nesse contexto, em 2005, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) adota cotas a partir da reserva de vagas nos cursos de graduação para autodeclarados negros e oriundos da rede pública de ensino médio. De acordo com Guarnieri e Melo-Silva (2017), entre 2003 e 2005 cerca de 14 universidades haviam implantado cotas. Nesse mesmo período, Queiroz e Santos (2006b), contabilizaram 16 instituições com a medida afirmativa para ingresso aos cursos superiores.

Como podemos observar, as cotas foram ganhando espaço nas universidades, tendo sua consolidação, em nível nacional, ocorrido com a promulgação da Lei Federal 12.711/2012. Com a Lei de Cotas, como popularmente ficou conhecida, todas as instituições federais de ensino superior tiveram que reformular os seus processos seletivos, reservando 50% das suas vagas, nos cursos de graduação, para serem ocupadas por estudantes cotistas (Brasil, 2012). Nesse campo, destacamos que a UFBA antecedeu à Lei de Cotas, sendo precursora no processo de oportunizar formação universitária também aos grupos historicamente discriminados.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o percurso da política de cotas na UFBA, considerando os impactos no acesso e desempenho acadêmico dos estudantes. Para tanto, apoiamo-nos na pesquisa bibliográfica (Gil, 1994), de natureza qualitativa (Minayo, 2015), a fim de compreender a realidade institucional a partir dos escritos acerca da política afirmativa. Buscamos criar um panorama das cotas na UFBA, observando as implicações, os avanços e os desafios enfrentados. Para estruturar a análise, organizamos a escrita considerando dois períodos: pré-cotas e pós-cotas, de modo a entender as mudanças ao longo do tempo.

Este artigo integra a agenda de discussões promovidas pelo Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da Universidade Federal da Bahia. As produções acadêmicas desses

pesquisadores têm investigado os efeitos da política de cotas no ensino superior, especialmente no acesso de pessoas negras às universidades. O escrito está dividido em sete seções: introdução; implantação das cotas na UFBA; democratização do acesso; períodos pré e pós-cotas; perfil estudantil; desempenho acadêmico; e referências.

## **O processo de implantação da política de cotas na UFBA**

A implantação da política de cotas na UFBA reflete um movimento que visa democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil. Essa política surge de um processo de reivindicações sociais e políticas do movimento negro, que tem buscado paulatinamente reparação histórica, principalmente no que tange à educação. Conforme Nilma Lino Gomes (2017), esse movimento foi o principal protagonista para que as ações afirmativas se transformassem em questões social, política, acadêmica e jurídica.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, ressaltou a necessidade de adotar medidas de ações afirmativas para afrodescendentes nas áreas de educação e trabalho (Santos, 2012). Esse marco fortaleceu a luta por ações afirmativas no Brasil. A proposta ganhou força com o Projeto de Lei nº 3.627, enviado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, em 2004. Esse projeto estabelecia o Sistema de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, com subcotas para negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior (Brasil, 2004).

No entanto, a política afirmativa foi sendo adotada no país por iniciativas das próprias universidades, com base nas reivindicações e pressões dos movimentos negro e estudantil na luta pela igualdade racial e pelo fim do racismo (Santos, 2022). Nesse campo, as instituições implantaram, essencialmente, duas modalidades de ação afirmativa: reserva de vagas (cotas) ou bonificação<sup>4</sup> na nota do vestibular. Nesse contexto, a UFBA foi uma das pioneiras na implantação das cotas, sendo a terceira universidade federal do país a adotar o sistema (Santos, 2009). De acordo com o Feres Júnior, Daflon e Campos (2013, p.10), quase a totalidade das universidades federais com políticas de ação afirmativa foram beneficiárias do Programa de

<sup>4</sup> Pontuação extra adicionada às notas finais dos exames de seleção para estudantes com determinadas características socioeconômicas, a critério de cada instituição (Feres Júnior *et al.*, 2018).

Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que amplia a quantidade de vagas ofertadas para alunos nos programas de graduação.

No processo de elaboração da proposta de ações afirmativas na UFBA, a partir do diálogo com diferentes atores sociais, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), no ano de 2001, propôs mudanças no vestibular a ser realizado em 2003. Dentre as solicitações, havia a reserva de 40% das vagas para negros (Brito, 2021). Após a proposição, criou-se o Grupo de Trabalho (GT), que posteriormente viria a ser chamado de Comitê Pró-Cotas (Santos; Queiroz, 2012).

Em 2002, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) e os movimentos negro e estudantil criaram o "Documento preliminar para debate sobre adoção de mecanismos de ampliação do acesso e permanência de negros na Universidade Federal da Bahia", solicitando a constituição de um GT para debater com o Comitê o percentual de 40% para estudantes negros no vestibular de 2003 (UFBA, 2005). A proposta foi formalizada durante um debate promovido pelo CEAO. Contudo, somente após a eleição do novo reitor, Naomar Almeida Filho, retomou-se a implantação do GT (Brito, 2021).

Nessa direção, em outubro de 2002 o CONSEPE delibera a constituição do GT, sendo integrado por: reitor, pró-reitor do Ensino de Graduação, diretor do CEAO, e por representantes dos servidores técnico-administrativos, dos estudantes e da comissão formada para ampliação das vagas (Santos; Queiroz, 2012). Em 2003, o GT começa a delinear a proposta a ser encaminhada ao CONSEPE e ao Conselho Universitário (CONSUNI), para aprovação no exame vestibular de 2005. Nesse ano, apresenta-se a proposta denominada “Programa de Ações Afirmativas na UFBA”. O documento trazia dados levantados pela equipe técnica da Pró-Reitoria e do Serviço de Seleção no período 1998 a 2001, referentes à:

[...] origem social (alunos da escola pública) e autodeclaração racial/étnica na seleção e classificação. Refutando a ideia que a UFBA discriminava pobres, afrodescendentes e indígenas nos processos seletivos, já que pouco mais de 55% dos que postulavam ingresso na instituição se declaravam pretos e pardos, e 1% dos candidatos se autodesignavam indígenas, o documento afirmava que cerca de 40% dos candidatos cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. [...] Entre os anos de 1998 e 2001, cresceu o percentual de pretos e pardos, entretanto este acréscimo foi nos cursos de menor concorrência, enquanto uma redução nos de maior concorrência ampliou a “diferenciação interna”. A diferença na competitividade no vestibular, nos cursos mais concorridos, determinaria a exclusão (Santos; Queiroz, 2012, p. 44-45).

Nesse cenário, a proposta de ações de inclusão na UFBA estruturou-se em quatro eixos: preparação, ingresso, permanência e pós-permanência (UFBA, 2012). Com o objetivo de pressionar a aprovação das solicitações – como a efetiva participação estudantil no GT e a adoção das políticas afirmativas – os estudantes ocuparam o prédio da Reitoria da UFBA, em 2003 (Brito, 2021). No dia 3 de outubro desse ano, definiu-se um calendário de debates a fim de inserir toda a comunidade acadêmica no processo decisório, antes que a proposta fosse encaminhada para avaliação do CONSEPE e votada no CONSUNI.

Como desdobramento desse processo, o Programa “A Cor da Bahia”, da UFBA, solicitou à Reitoria a inclusão do quesito “cor” no questionário socioeconômico da universidade. A proposição chegou a gerar questionamentos acerca dos usos desses dados. No entanto, como resposta, Procuradoria Jurídica da universidade emitiu parecer positivo com a recomendação de que a instituição poderia incluir a cor/raça nos seus formulários. A UFBA, portanto, tornava-se a primeira instituição pública do ensino superior a incluir o quesito cor nos formulários para os candidatos e alunos (Santos; Queiroz, 2012).

O Programa de Ações Afirmativas na UFBA foi aprovado em reunião realizada no dia 17 de maio de 2004, com 41 votos a favor, dois contrários e duas abstenções (Brito, 2021; Santos; Queiroz, 2012). Sob a Resolução nº1 de 2004, a política é implantada no vestibular de 2005, estabelecendo o percentual de 45% das vagas para todos os cursos (UFBA, 2004). O critério de seleção era social (origem escolar), mas havia recorte racial. A distribuição ocorreu do seguinte modo: 43% reservados aos egressos das escolas públicas (85% dessas vagas eram direcionadas para os autodeclarados pretos e/ou pardos e 15% aos autodeclarados brancos e/ou amarelos) e 2% para estudantes indígenas. Havia ainda duas vagas extras, por curso, para índios aldeados e estudantes de comunidades quilombolas (Santos, 2013). Em 2012, com a aprovação da Lei de Cotas, a UFBA passou a adotar o modelo unificado para as instituições federais.

## A democratização do acesso aos cursos superiores: impactos da reserva de vagas no perfil estudantil da UFBA

Sabemos que as cotas são medidas essenciais para a democratização do acesso ao ensino superior público. A adoção de reserva de vagas em cursos de graduação possibilitou que grupos socialmente expropriados – como negros e pobres – alcançassem os assentos universitários. No

caso da UFBA, como evidenciado, a reserva de vagas teve início em 2005. Nesta seção, destacamos características acerca do perfil estudantil dos ingressantes à instituição. Foram observados os períodos *pré* e *pós* cotas a fim de compreender os impactos promovidos pela política afirmativa na universidade.

### **O período pré-cotas: análises introdutórias**

Conforme as investigações de Almeida Filho *et al.* (2005), nos anos de 2003 e 2004, anterior às cotas, o índice de estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos) já ultrapassava 50% ao passo que discentes egressos das escolas públicas giravam em torno de 34%. Todavia, esses indicadores não alcançavam todas as carreiras. Referente ao pertencimento étnico-racial, alguns cursos de alto prestígio como Medicina, Direito, Odontologia, Engenharias Elétrica e Civil, Psicologia e Arquitetura, exibiam menos de 30% de estudantes negros. Em relação à origem escolar, nas graduações em Medicina, Direito, Odontologia, Fonoaudiologia, Teatro e Comunicação tinha-se um índice inferior a 10% de oriundos da escola pública (Almeida Filho *et al.*, 2005).

Em uma observação acerca do período de 2001 a 2004, o quantitativo de autodeclarados negros subiu de 42% para 57% na UFBA. No entanto, conforme os autores, esse aumento era predominante em cursos de licenciatura ou em graduações de baixo prestígio social, como História, Educação Física e Biblioteconomia, por exemplo. Por outro lado, Medicina e Odontologia apresentavam 29% e 23% de pretos e pardos, respectivamente. Nesses cursos, os percentuais dos admitidos da escola pública eram de 4% e 5%, nesta ordem (Almeida Filho *et al.*, 2005). Dito de outra maneira, havia uma representação significativa de negros na UFBA no pré-cotas, contudo, a distribuição desses estudantes não alcançava os cursos de maiores concorrência e prestígio.

Separamos dois exemplos. Em 2004, Lordêlo investigou o curso de Administração com base em dados produzidos na década de 1990. Nessa graduação, de acordo com o autor, 38,4% dos estudantes eram brancos e 85,6% haviam frequentado o ensino médio em escolas privadas. Além disso, 40,5% do corpo estudantil pertenciam a famílias com renda superior a 20 salários-mínimos, caracterizando-se como “um dos cursos mais elitizados da UFBA” (Lordêlo, 2004, p. 199). No contraponto, temos a licenciatura em Pedagogia. Nesse curso, Lordêlo e Verhine (2001), sob o mesmo período, identificaram 62,2% de egressos do ensino médio público, com

rendas familiares em torno de seis salários-mínimos. Em Pedagogia, a presença de brancos era de 27,4%, identificando, à época, um alunado com “perfil distinto dos cursos mais concorridos” (Lordêlo; Verhine, 2001, p. 69).

Nesse campo, Queiroz e Santos (2006b) destacam que o número de estudantes brancos foi reduzido ao longo do tempo. De acordo com os autores, em 1997 (primeiro levantamento racial acerca do corpo discente), o índice de brancos era 50,2%, caindo progressivamente para 44,2% em 2001, 40,9% em 2003 e 35% em 2004. No contraponto, as taxas de negros foram sendo aumentadas saindo de 43% em 1997 para 51,4% em 2001, 55,4% em 2003 e 61,1% em 2004 (Queiroz; Santos, 2006b). Em relação ao tipo de escola frequentada, a escola privada predominou entre os ingressantes até o ano de 2004, representando 66,2% das matrículas, ou seja, dois terços do total.

### **O vestibular de 2005: dados da primeira experiência com cotas**

O primeiro vestibular com cotas promoveu alterações significativas no corpo estudantil da UFBA. Em 2005, pela primeira vez, o número de selecionados egressos das escolas públicas superou os das escolas privadas, 51% e 49%, respectivamente (Queiroz; Santos, 2006a). Todavia, diante do critério social das cotas, candidatos mal-intencionados tentaram fraudar o sistema fornecendo informações falsas acerca da origem escolar. Como destacam Queiroz e Santos (2006a, p. 66), “dezenas de candidatos oriundos do sistema privado de ensino haviam declarado no formulário do vestibular que eram egressos do sistema público de ensino, o que levou a universidade a recusar-lhes a matrícula”.

Ao relacionar os dados da escola pública com as categorias de cor/raça, os autores observaram que, dentre esses estudantes, 11,3% eram brancos, 59,7% pardos e 24,8% pretos. Dos ingressantes das escolas particulares, os brancos atingiram 32,4%, pardos 55,1% e pretos 9,0%, em 2005. No que se refere à ocupação em cursos superiores de prestígio, Almeida Filho *et al.* (2005) apontam Medicina, Odontologia e Direito, com índices acima de 43% de egressos das escolas públicas, superando significativamente as taxas do período pré-cotas que indicavam menos de 10% de participação nessas carreiras.

Nessa perspectiva, Queiroz e Santos (2006b) contribuem quando detalham as presenças de cor/raça nas graduações mencionadas. Entre os anos de 2004-2005 tivemos mudanças que

merecem destaque como em Medicina: brancos caíram de 39,6% para 21,7%, pardos aumentaram de 51,7% para 68,2% e pretos diminuíram de 6,7% para 6,4%. Em Odontologia: brancos foram de 39,1% para 20,3%, pardos de 48,7% passaram a representar 69,7% e pretos saíram de 7,9% para 10,1%. Em Direito: brancos eram 44% e declinaram para 22,7%, pardos tinham 45,7% e foram acrescidos para 61,1% e pretos também elevaram seus percentuais de 8% para 11,6% (Queiroz; Santos, 2006b).

De maneira geral, a adoção das cotas promoveu alterações importantes na configuração racial do alunado da UFBA. Em 2005, os autodeclarados pretos e pardos passaram a exibir um índice em torno de 73,0% entre os estudantes aprovados (Almeida Filho *et al.*, 2005). Nesse cenário, caracterizamos as experiências da UFBA com cotas como bem sucedidas ao passo que o seu principal objetivo foi alcançado: incluir mais egressos das escolas públicas e negros em seus cursos superiores, aproximando o perfil estudantil ao perfil da sociedade baiana. Esse panorama inicial fornece informações indispensáveis para compreensão dos primeiros impactos na universidade.

Nessa conjuntura, vale destacar a configuração das populações brasileira e baiana no período em análise. Conforme o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), tinha-se uma população residente no país de 169 milhões, sendo: 53,7% de brancos; 38,4% de pardos; e 6,2% de pretos. Na Bahia, a população era de 13 milhões, sendo 60,1% de pardos; 25,5% de brancos; e 13,0% de pretos. Isto é, na Bahia, mais de 73% da população era negra (preta ou parda) e essa composição da sociedade baiana não era refletida nas universidades públicas no estado, como a UFBA.

Esse descompasso entre a composição racial da população baiana e o perfil dos ingressantes nas universidades públicas, evidencia a desigualdade no acesso ao ensino superior, refletindo as barreiras históricas que limitam a inclusão dos negros, especialmente nas instituições de maior prestígio. De acordo com as análises do IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2006, apenas 28,1% dos jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo estavam matriculados no ensino superior. Contudo, essa taxa variava conforme a raça e a classe social: enquanto brancos da classe alta tinham uma frequência 2,7 vezes maior que a média nacional, negros de classe baixa eram 0,4 vez essa média (IBGE, 2007).

Essas informações ratificam a necessidade das políticas de cotas no ensino superior brasileiro. Em outras palavras, era necessário aproximar o perfil demográfico do perfil acadêmico. A diversidade étnico-racial da população não estava refletida no interior das

universidades e esse cenário só passou a ser verdadeiramente alterado com a implantação da reserva de vagas. As análises seguintes focalizam esses impactos na UFBA, revelando as transformações ocorridas na instituição pós-cotas.

### **O pós-cotas: perfis estudantis no caminhar da política afirmativa**

O perfil dos estudantes da UFBA foi alterado a partir da introdução das cotas, como discutimos. De modo geral, a literatura tem apontado maiores índices de ingresso para os não cotistas (Argôlo, 2017; Lago *et al.*, 2014; Silva, 2021). Nessa perspectiva, com base nos estudos de Silva (2021), observamos a distribuição dos estudantes no decorrer da política, considerando um ciclo de 15 anos de cotas na universidade. Os dados na Tabela 1, a seguir, ratificam as investigações anteriores possibilitando a compreensão da distribuição dos estudantes.

**Tabela 1 – Relação de estudantes da UFBA por categoria de cotas e ano de ingresso (2005-2019)**

Ano	Categoria de cotas			
	Cotistas		Não Cotistas	
	N	%	N	%
<b>2005</b>	1396	44,2	1765	55,8
<b>2006</b>	1475	44,3	1855	55,7
<b>2007</b>	1466	43,8	1884	56,2
<b>2008</b>	1430	43,0	1899	57,0
<b>2009</b>	2016	43,0	2674	57,0
<b>2010</b>	2166	42,0	2997	58,0
<b>2011</b>	2033	41,1	2909	58,9
<b>2012</b>	1879	41,4	2665	58,6
<b>2013</b>	1712	44,6	2129	55,4
<b>2014</b>	1624	40,5	2386	59,5
<b>2015</b>	1895	42,8	2537	57,2
<b>2016</b>	1836	45,2	2226	54,8
<b>2017</b>	1952	46,4	2257	53,6
<b>2018</b>	1930	44,6	2396	55,4
<b>2019</b>	1867	44,6	2323	55,4

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados de Silva (2021).

Em relação aos números absolutos, verificamos as maiores entradas de cotistas nos anos de 2009, 2010 e 2011, todos com registros acima de 2.000 discentes. É importante destacar que, nesse período, a oferta de cursos na UFBA já havia sido ampliada através do REUNI. Dentre as medidas adotadas, a universidade criou os Bacharelados Interdisciplinares (Almeida, 2016), gerando mais matrículas. Retornando à Tabela 1, no que se refere às análises dos percentuais, as taxas mais elevadas de cotistas são encontradas no último quadriênio 2016-2019. Nesses anos, os cotistas representavam entre 44,6% e 46,4% do corpo estudantil.

Contrariamente, é também nessa faixa temporal (2016-2019) que identificamos os percentuais mais baixos de não cotistas, com variações entre 53,6% e 55,4%. O ano de 2014 comporta o índice mais alto desses estudantes: 59,5%. A observação dos números absolutos, por sua vez, revela maiores ingressos de não cotistas entre 2009 e 2012, com presença de mais de 2.600 estudantes por ano. Verificamos ainda que a partir de 2009, o número de não cotistas se manteve sempre acima de 2.000 ingressantes, essa configuração não ocorre no grupo dos cotistas.

Para avançar nas análises, investigamos o ingresso associado à cor/raça dos estudantes. Desse modo, sistematizamos os dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), considerando o período de 2005 a 2019. Os resultados foram agrupados na Tabela 2 e nos apresentam um cenário interessante acerca do impacto das cotas na UFBA: em alguns dos anos, constatamos ingresso de autodeclarados pretos superior ao de brancos. Essa configuração de ingresso, como discutimos, era completamente invertida na UFBA pré-cotas (Almeida Filho *et al.*, 2005; Queiroz; Santos, 2006b).

**Tabela 2** – Relação dos estudantes da UFBA por cor ou raça e ano de ingresso, em porcentagem (2005-2019)

Ano	Cor ou Raça				
	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena
2005	20,9	58,4	16,3	1,8	2,5
2006	22,7	55,7	17,4	1,4	2,9
2007	23,6	52,9	17,8	1,9	3,8
2008	21,9	52,6	19,5	2,5	3,6
2009	30,1	42,0	16,3	0,7	10,9
2010	19,1	46,7	23,4	2,6	8,3
2011	16,1	46,4	30,8	1,8	5,0
2012	16,1	46,4	32,3	1,4	3,9
2013	19,1	46,2	30,8	1,2	2,7

<b>2014</b>	26,5	43,6	24,3	1,1	4,5
<b>2015</b>	27,5	41,1	27,2	1,1	3,1
<b>2016</b>	28,6	44,9	25,4	0,8	0,2
<b>2017</b>	26,8	44,4	27,2	0,8	0,3
<b>2018</b>	24,6	46,1	27,9	1,2	0,3
<b>2019</b>	26,9	46,7	25,4	0,9	0,1

**Fonte:** Elaborada pelos autores com dados da PROGRAD.

Direcionamos nossos olhares, inicialmente, para os maiores índices de cada categoria de cor/raça. Nessa direção, a taxa mais elevada de brancos é encontrada em 2009 (30,1%), pardos eram mais representativos em 2005 (58,4%), pretos tiveram maior presença em 2012 (32,3%), amarelos em 2010 (2,6%) e indígenas em 2009 (10,9%). No que concerne aos brancos, os dados mostraram variações no ingresso ao longo dos anos, indicando não haver predomínio de estudantes dessa cor/raça na instituição. Entre as três categorias mais numerosas – brancos, pardos e pretos –, o índice de brancos chegou a ser o menor: 16,1% em 2011 e 2012.

Relativo aos pardos, até 2008 esses estudantes eram maioria na universidade, com percentuais acima de 50% (Tabela 2). Posteriormente, as taxas foram diminuídas. Contudo, a cor/raça parda permanece sendo predominante na universidade. Já os pretos tiveram menor participação em 2005 (ano inicial das cotas), com 16,3%. No entanto, em nenhum outro ano houve registro de percentual inferior. Isto é, no avançar da política afirmativa, a presença preta na universidade foi aumentada, ainda que com variações entre os anos. Comparados aos brancos, pretos tiveram maiores taxas de matrícula em 6 dos 15 anos analisados. Amarelos e indígenas têm baixa presença demográfica na universidade, especialmente no último quadriênio. Em 2019, por exemplo, ambas as categorias não representavam um ponto percentual.

Analisamos ainda a origem escolar dos estudantes, a fim de perceber o ingresso de candidatos egressos das escolas públicas e particulares. Como esperado, não há cotistas de escola privada, visto que a condição essencial para ser cotista é ter realizado o ensino médio na rede pública de ensino. Observamos também a entrada de estudantes oriundos das escolas públicas federais. Essas informações foram distribuídas considerando a categorização dos discentes em relação ao uso ou não das cotas para acesso à universidade. A Tabela 3, a seguir, comporta essas informações.

**Tabela 3 – Distribuição dos ingressantes à UFBA por tipo de escola de ensino médio (2005-2013)<sup>5</sup>**

<b>Tipo de Escola de Ensino Médio</b>	<b>Cotistas</b>		<b>Não Cotistas</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Rede Particular</b>	-	-	3142	84,3
<b>Rede Pública</b>	2030	84,8	549	14,8
<b>Rede Pública Federal</b>	365	15,2	147	3,9

**Fonte:** Adaptada de Silva (2021, p. 95).

O conjunto dos não cotistas é composto predominantemente por estudantes da rede particular de ensino. Na comparação entre os tipos de escola deste grupo, os números revelam que a quantidade de ingressantes das escolas privadas é 5,7 vezes superior ao quantitativo das escolas públicas e 21,3 vezes maior quando verificadas as matrículas de egressos da rede federal. Nessa direção, os índices das escolas públicas, somados, não chegam a um quinto entre os admitidos sem cotas. As escolas públicas federais, ainda que em menor número nas duas categorias estudantis, representam maior expressividade entre os cotistas, sendo, em números absolutos, 2,4 vezes superior neste grupo.

Diante dos dados e das discussões nesta seção, consideramos um impacto positivo das cotas na UFBA. O perfil estudantil foi alterado, seja pelo maior ingresso de estudantes das escolas públicas ou pela ampliação na diversidade da composição racial do alunado, ambos os aspectos promovidos pela política afirmativa. Com a análise ao longo dos anos, percebemos que democratizar o acesso ao ensino superior, no caso da UFBA, foi uma medida extremamente exitosa, tendo em vista as oportunidades concretas destinadas aos grupos historicamente discriminados. Garantido o acesso, discutiremos o desempenho. Conhecer elementos da trajetória acadêmica dos cotistas é, também, um mecanismo de acompanhamento da política que pode fornecer (re)direcionamentos fundamentais.

### **O desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas: a UFBA em foco**

Um dos maiores ataques às cotas era o argumento da suposta queda na qualidade no ensino superior (Queiroz; Santos, 2006b). Os contrários às políticas afirmativas alegavam que

<sup>5</sup> Com a substituição do vestibular pelo ENEM, a partir de 2014 as informações acerca da origem escolar passaram a ser armazenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

a reserva de vagas faria com que candidatos despreparados ingressassem aos cursos de graduação e, nessa lógica, a excelência das universidades públicas brasileiras seria comprometida. Como veremos a seguir, os percursos de cotistas têm mostrado outros resultados. Nesta seção, destacamos pesquisas acadêmicas produzidas acerca do desempenho acadêmico na UFBA. Selecionamos vários recortes a fim de obter um panorama da realidade institucional.

Os primeiros estudos da UFBA pós-cotas são de Almeida Filho *et al.* (2005). Conforme os autores, o vestibular com cotas, em 2005, apresentou a média geral de 5,8 pontos, no qual cotistas atingiram 5,5 e não cotistas alcançaram 6,1 pontos. Como podemos observar, as notas entre as duas categorias de estudantes foram bem próximas, apresentando uma diferença de 0,6 ponto. Todavia, em comparação com os anos anteriores às cotas, os autores identificaram um aumento nas pontuações de ingresso, não havendo, portanto, declínio nesse indicador. Apenas em cursos de prestígio, como Direito e Medicina, por exemplo, as notas de 2004 foram superiores, mas a diferença representou apenas 1,1 ponto (Almeida Filho *et al.*, 2005).

Nessa direção, Delcele Queiroz e Jocélio Santos (2006b) também analisaram os dados de desempenho estudantil no primeiro vestibular com cotas. Os autores confirmam que a reserva de vagas não obteve efeito negativo, como alegavam os defensores da meritocracia. De modo contrário, ao comparar as médias gerais de ingresso para os cursos de graduação, observaram um “aumento expressivo do ponto de corte das notas” – chegando a 33,1 pontos –, refutando a ideia dos cotistas (negros e egressos da escola pública) serem candidatos inaptos para o ensino superior (Queiroz; Santos, 2006b, p. 71).

Em estudo posterior, os autores examinaram as notas nos vestibulares de 2005 e 2006, observando as pontuações das duas categorias estudantis. Nessa análise, temos novas informações. As diferenças de desempenho apontadas por Almeida Filho *et al.* (2005) em Direito e Medicina foram reduzidas para menos de um ponto entre cotistas e não cotistas: 0,8 e 0,7 ponto, respectivamente (Queiroz; Santos, 2006a). No contraponto, as Engenharias Elétrica e Mecânica exibem as maiores dessemelhanças entre os estudantes: 1,7 e 1,4 ponto, nesta ordem, indicando vantagens aos não cotistas (Queiroz; Santos, 2006a). Essas investigações iniciais da UFBA são fundamentais para compreendermos como a adesão às cotas não reduziu o mérito, ao contrário, oportunizou o ingresso de candidatos preparados, mas anteriormente excluídos pelo tradicional vestibular (Gisi, 2006).

A pesquisa de Lago *et al.* (2014) analisou o desempenho dos estudantes no período de 2010 a 2012 (anterior à Lei 12.711/2012). Inicialmente, as autoras examinaram as pontuações

médias para ingresso e obtiveram o seguinte cenário: em 2010 tinha-se uma diferença de 1.969,9<sup>6</sup> pontos, indicando vantagens aos não cotistas; no ano de 2011 não cotistas continuam a demonstrar desempenhos mais elevados, contudo a distância foi reduzida para 584,0 pontos; e, por último, em 2012 temos uma inversão desse quadro e os cotistas assumem as melhores pontuações apontando uma vantagem de 926,2 pontos em relação aos admitidos pela ampla concorrência na UFBA (Lago *et al.*, 2014, p. 269).

O coeficiente de rendimento (CR) também foi avaliado. Esse indicador revela o desempenho no decorrer dos cursos superiores, em uma escala de 0 a 10, a partir das notas obtidas nas disciplinas cursadas. Nesse aspecto, as duas categorias estudantis apresentaram pontuações muito próximas e as diferenças são pouco significativas: 0,4 ponto (2010) e 0,1 ponto (2011 e 2012), em favor dos não cotistas (Lago *et al.*, 2014). Ainda sobre os CRs, Peixoto *et al.* (2016) realizaram uma investigação considerando o período de 2005 a 2012. A partir dessa conjuntura, começaram a ser exibidas diferenças entre os estudantes: não cotistas possuem desempenho superior em cerca de 6,81%, com variações de 0,4 a 0,6 ponto (Peixoto *et al.*, 2016).

Ao analisar 16 semestres, os autores encontraram melhores pontuações para os não cotistas em 13, com exceções apenas em 2005.2, 2006.1 e 2006.2 nos quais as notas não acusaram diferença significativa de desempenho (Peixoto *et al.*, 2016). Outro avanço nas investigações foi avaliar as pontuações conforme as áreas de conhecimento<sup>7</sup>. Os resultados indicaram que os estudantes cotistas possuem melhores desempenhos na área de Artes e em cursos de baixa concorrência da área de Humanidades. De modo contrário, os não cotistas predominam em cursos nas áreas da Saúde e nos cursos mais concorridos das Humanidades, além de predominar na área de Exatas.

Esses dados confirmam os encontrados por Lago *et al.* (2014). As autoras identificaram em Ciências Exatas as maiores diferenças de desempenho entre cotistas e não cotistas na UFBA. Uma possível justificativa para essa configuração é a lacuna no ensino da matemática nas escolas públicas frequentadas por cotistas (Peixoto *et al.*, 2016). Não cotistas seguem com melhores notas na Saúde e, nas Humanidades, “observa-se diferenças menores, apesar de contar

<sup>6</sup> O vestibular da UFBA era dividido em duas fases que, cumulativamente, poderiam chegar a 24.000 pontos (Almeida Filho *et al.*, 2005).

<sup>7</sup> A UFBA dispõe de cinco áreas de conhecimento, a saber: Área I – Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia; Área II – Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; Área III – Filosofia e Ciências Humanas; Área IV – Letras; e Área V – Artes.

com cursos tradicionais como Direito” (Lago *et al.*, 2014, p. 272). No contraponto, os cotistas predominam com os melhores resultados nas áreas de Letras e Artes.

Nesse seguimento, Caio Silva (2021) realizou uma pesquisa mais abrangente acerca do desempenho acadêmico dos estudantes, contemplando o período de 2005 a 2019. Foram identificadas e analisadas as notas dos discentes no ingresso e ao término dos cursos superiores, a fim de verificar se as diferenças de desempenho permaneciam no decorrer da formação. Os resultados coadunam com as análises anteriores: de modo geral, não cotistas ingressam à UFBA com as melhores pontuações em todas as áreas (Silva, 2021). De acordo com Velloso (2009), esse cenário é esperado e, caso os estudantes tivessem o mesmo desempenho nos processos seletivos, não haveria razão de ter ação afirmativa.

As observações de Silva (2021) contribuem para o campo quando elucidam que ao fim dos cursos não há diferença estatisticamente significativa entre os desempenhos de cotistas e não cotistas nas áreas de Letras e Artes. Ademais, o autor traz um novo destaque para a discussão: ainda que não cotistas tenham melhores notas nas áreas de Exatas, Saúde e Humanidades, os cotistas conseguiram reduzir as diferenças de desempenho em todos os casos. Isto é, estudantes ingressantes por meio de cotas têm conseguido aumentar as suas pontuações no decorrer da formação acadêmica, aproximando-se das notas dos não cotistas. As diferenças de desempenho na área de Exatas foi de 0,5 ponto ao passo que nas áreas de Saúde e Humanidades são de 0,3 ponto (Silva, 2021).

Conforme Peixoto *et al.* (2016), o fenômeno do desempenho acadêmico é multifacetado e, desse modo, observações desagregadas podem permitir compreensões mais detalhadas. Para aprofundar nossas análises, destacamos casos específicos nos cursos de Psicologia e Pedagogia, considerados de alto e baixo prestígio, respectivamente, dentro da mesma área de conhecimento. Ao avaliar as pontuações estudantis em Psicologia, Argôlo (2017) constatou diferenças significativas desde o ingresso, indicando melhores resultados para os não cotistas. Em relação ao CR dos estudantes, a diferença foi de 0,3 ponto, mas os testes estatísticos acusaram a permanência da diferença (Argôlo, 2017).

Em Pedagogia, o cenário é completamente oposto. Nas análises dessa graduação, as diferenças de desempenho apontaram pouca vantagem aos não cotistas, em torno de 36,5 pontos no vestibular (Almeida; Silva, 2019). No contraponto, ao fim do curso superior, as diferenças são completamente eliminadas e os estudantes cotistas passam a exibir um desempenho ligeiramente superior em relação aos não cotistas, 8,6 e 8,5 pontos, nesta ordem. Desse modo, conseguimos verificar que os aspectos referentes ao desempenho acadêmico são muito

sensíveis a depender das escolhas realizadas pelo pesquisador, como as metodologias empregadas e os recortes.

Em síntese, os desempenhos acadêmicos entre cotistas e não cotistas na UFBA apresentam, em geral, melhores pontuações para os admitidos pela ampla concorrência. Contudo, as pontuações das duas categorias estudantis são aproximadas durante o percurso formativo, indicando que estudantes cotistas conseguem melhorar suas pontuações a partir da experiência na universidade. Ademais, observamos maiores diferenças nas áreas I, II e III. Esses resultados implicam e demandam pesquisas específicas nesses setores a fim de investigar quais são os principais desafios encontrados pelos estudantes cotistas e as estratégias institucionais para solucioná-los.

### **Considerações finais**

Consideramos que o presente artigo atendeu ao seu objetivo de analisar o percurso da política de cotas na UFBA. Os impactos decorrentes da política afirmativa foram sistematizados, permitindo uma compreensão histórica do fenômeno. Os avanços e os desafios foram interpretados com base nos resultados das investigações que avaliavam a instituição, especialmente as características socioeconômicas dos seus estudantes. Desse modo, com base nas discussões, almejamos fornecer subsídios para os gestores universitários (re)pensarem os direcionamentos da ação afirmativa.

De modo geral, o ingresso de estudantes oriundos da escola pública e negros foi ampliado na UFBA a partir da introdução da reserva de vagas nos cursos de graduação. As análises possibilitaram visualizar o cenário pré-cotas da instituição em que as matrículas desses estudantes eram reduzidas, sobretudo nos cursos de elevado prestígio. O primeiro vestibular com cotas, em 2005, já promoveu mudanças na composição do corpo estudantil, tendo em vista o percentual de 45,0% estabelecido para ocupação dos cotistas.

Por sua vez, as observações nos primeiros anos pós-cotas indicavam que a medida implantada democratizaria, de fato, a UFBA. Os egressos da rede pública passaram a ocupar todos os cursos, com representações significativas entre os estudantes universitários. Ao longo dos anos, conseguimos verificar também mudanças na composição racial do alunado, havendo um deslocamento necessário: os dados acerca do perfil estudantil se aproximaram dos dados da população baiana. Isto é, os índices com sobrerepresentação de brancos foram diminuídos ao passo que as taxas de pretos e pardos, antes em sub-representação, foram acrescidas.

Referente ao desempenho acadêmico, um dos aspectos mais polêmicos em relação às cotas, as informações também têm sido positivas. É sabido que os cotistas apresentam lacunas decorrentes do ensino público precário. Essas falhas são refletidas nas pontuações obtidas nos processos seletivos para ingresso à UFBA. No entanto, as diferenças nas notas iniciais não são mantidas no decorrer dos cursos superiores. Ao contrário, na comparação com os não cotistas, os estudantes cotistas têm conseguido elevar suas pontuações e reduzir as diferenças em todas as áreas de conhecimento. Como demonstramos, a depender do curso, o desempenho dos cotistas é superior.

Por fim, salientamos que estamos diante de uma nova fase da política de cotas. Em 2023, a Lei de Cotas foi alterada por meio da Lei Federal 14.723 (Brasil, 2023). A reformulação busca incluir mais segmentos, como os quilombolas e pessoas com as menores rendas familiares. Além disso, nessa etapa surgem novas demandas para as políticas afirmativas, como os mecanismos de fiscalização e controle. Desse modo, estimulamos investigações contínuas para um acompanhamento detalhado da política a fim de produzir conhecimento que subsidie decisões futuras, criando estratégias para a redução das desigualdades entre os estudantes e no conjunto da sociedade.

## Referências

- ALMEIDA FILHO, Naomar de; MARINHO, Maerbal Bittencourt; CARVALHO, Manoel José de; SANTOS, Jocélio Teles dos. **Ações afirmativas na universidade pública:** o caso da UFBA. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.
- ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales de. **Da política pública à prática pedagógica:** usos e sentidos da interdisciplinaridade nos BI da UFBA. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales de; SILVA, Caio Vinicius dos Santos. Cotas e desempenho acadêmico: uma análise quantitativa sobre o curso de Pedagogia da UFBA. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 34, p. 267-283, 2019.
- ARGÔLO, Rodrigo Ferreira. **Determinantes de desempenho dos estudantes do ensino superior:** o caso do curso de psicologia da UFBA. 2017. Dissertação (Mestrado de Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- BRASIL. **Projeto de Lei 3.627/2004.** Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref\\_projlei3627.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf). Acesso em: 20 fev. 2025.

**BRASIL, Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 13 fev. 2025.

**BRASIL, Lei 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm). Acesso em: 15 fev. 2025.

BRITO, Yuri Santos de. Cotas na UFBA: lições de uma experiência. **Jornal Nexo**, 20 dez 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/12/20/cotas-na-ufba-licoes-de-uma-experiencia-pioneira>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luiz Augusto. O impacto da Lei nº 12.711 sobre as Universidades Federais. In: GEMAA - GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. **Levantamento das políticas de ação afirmativa**. São Paulo: IESP; Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, jan-abr, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

**IBGE. Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

**IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006:** microdados – pesquisa básica e aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LAGO, Juliana; MALBOUSSON, Cláudia; SILVA, Vinicius; CAVALCANTI, Ivanessa. Cotas e desempenho na Universidade Federal da Bahia: uma análise dos ingressantes de 2010 a 2012. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10, 2014. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2014.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho. Perfil, desempenho escolar, exclusão e inclusão no curso de Administração da UFBA: locus para ação afirmativa? **Diálogos Possíveis**, p. 199-217, 2004.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; VERHINE, Robert Evan. Perfil de aluno e rendimento escolar em Pedagogia: correlacionando variáveis na UFBA. **Revista da FACED**, n. 5, p. 57-70, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves *et al.* Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 569-591, jul. 2016.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 717-737, out. 2006a.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 58-75, 2006b.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à lei das cotas. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

SANTOS, Joel Rufino. O movimento negro e a crise brasileira. **Movimentos Sociais no Brasil**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 287-308, 1985.

SANTOS, Jocélio Teles; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita. In: SANTOS, J. T. (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2013. 278p.

SANTOS, Jéssica Caroline Gouveia. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior: novas formas de representações e produção de saberes**. Monografia 2022 (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SILVA, Caio Vinicius dos Santos. **Políticas de cotas na UFBA: uma investigação sobre o desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas (2005-2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Análise da demanda social, segundo a cor e procedência: UFBA (2001-2005)**. Salvador: UFBA, 2005.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional (2012-2016)**. Salvador: UFBA, 2012.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução nº01/2004**. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em:  
<https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2004.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

VELLOSO, Jaques. Cotistas e não cotistas: rendimento de alunos da universidade de Brasília. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

### CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica.
Financiamento:	Não se aplica
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	SILVA, C. V. S.; ALMEIDA, G. S. S.; SANTOS, J. C. G. declaram ter participado da redação do artigo, e afirma ter sido de sua responsabilidade a Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal e Investigação. SILVA, C. V. S.; ALMEIDA, G. S. S.; SANTOS, J. C. G. declaram ter participado da Metodologia, Redação – rascunho original; Supervisão, Validação, Visualização, Redação - revisão e edição.

Submetido em: 29 de março de 2025  
Aceito em: 28 de abril de 2025  
Publicado em: 11 de agosto de 2025

Editor de seção: Letícia Bassetto Secorum  
Membro da equipe de produção: Daniella Caroline Ferreira Mesquita  
Assistente de editoração: Martinho Gilson Cardoso